



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ  
ESTADO DO PARANÁ

REF. EDITAL Nº 01/2011- CONCURSO PÚBLICO

# PROCURADOR DO MUNICÍPIO

## INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 40	Conhecimentos Específicos

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

## ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível. Assim que o candidato finalizar sua prova, deverá, obrigatoriamente, devolver a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
9. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
10. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 4h (quatro horas) decorridas do início da prova. As provas estarão disponibilizadas no site da AOC P ([www.aocp.com.br](http://www.aocp.com.br)), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
11. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
12. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
13. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
14. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 01

A respeito do Poder Constituinte, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O poder constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar uma Constituição, mediante supressão, modificação ou acréscimo de normas constitucionais.
- II. O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.
- III. O poder constituinte originário pode ser subdividido em histórico e revolucionário. Revolucionário seria o verdadeiro poder constituinte originário, estruturando pela primeira vez, o Estado. Histórico seriam todos os posteriores ao revolucionário, rompendo por completo com a antiga ordem e instaurando uma nova, um novo Estado.
- IV. O poder constituinte originário é inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado e soberano em suas decisões.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

### QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte originário é também denominado instituído, constituído e secundário.  
(B) Derivam do poder constituinte derivado, o poder constituinte reformador, decorrente e o revisor.  
(C) A manifestação do poder constituinte revisor verifica-se através das emendas constitucionais.  
(D) O poder constituinte derivado decorrente, assim como o reformador, por ser derivado do originário e por ele criado, é também jurídico e encontra os seus parâmetros de manifestação nas regras estabelecidas pelo originário.  
(E) A missão do poder constituinte revisor é estruturar a Constituição dos Estados-membros.

### QUESTÃO 03

A respeito do Controle de Constitucionalidade, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A Constituição Imperial de 1824 não estabeleceu qualquer sistema de controle de constitucionalidade, consagrando o dogma da soberania do Parlamento.
- II. A partir da Constituição Republicana de 1891, sob a influência do direito norte-americano, consagra-se, no direito brasileiro, a técnica de controle de constitucionalidade de lei ou ato com indiscutível caráter normativo.

III. A Constituição Federal de 1988 em relação ao controle concentrado em âmbito federal ampliou a legitimação para a propositura da representação de inconstitucionalidade, acabando com o monopólio do Procurador-Geral da República.

IV. A Emenda Constitucional 45/2004 ampliou a legitimação ativa para o ajuizamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade, igualando-a aos legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

### QUESTÃO 04

O Chefe do Poder Executivo, após a aprovação do projeto de lei, poderá vetá-lo, caso o considerar contrário ao interesse público. O referido controle de constitucionalidade preventivo é denominado veto

- (A) híbrido.  
(B) jurídico.  
(C) político.  
(D) parlamentar.  
(E) difuso.

### QUESTÃO 05

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

II. Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

III. No controle difuso, a arguição de inconstitucionalidade se dá de modo incidental, constituindo questão prejudicial.

IV. As súmulas vinculantes não podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 06**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- I. **responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.**
- II. **educação, cultura, ensino e desporto.**
- III. **desapropriação.**
- IV. **sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.**

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I e II.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 07**

**Assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria dos membros da Câmara Municipal.
- (D) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (E) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

**QUESTÃO 08**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Federal, o Estado não intervirá em seus Municípios, EXCETO

- I. **quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.**
- II. **para colocar termo a grave comprometimento da ordem pública.**
- III. **para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes.**
- IV. **quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.**

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I e IV.  
(C) Apenas III e IV.

- (D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 09**

**Assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria, relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- (B) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- (C) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- (D) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (E) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

**QUESTÃO 10**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Federal, são vedados:

- I. **o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.**
- II. **a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.**
- III. **a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.**
- IV. **a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.**

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I e IV.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 11**

**Assinale a alternativa correta.**

- (A) O efeito repristinatório é automático.
- (B) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (C) Caso uma terceira lei revogar uma segunda, a primeira volta a vigor, independente de cláusula expressa.
- (D) A revogação não é a cessação definitiva de uma lei em razão de uma nova lei.
- (E) A revogação parcial denomina-se derrogação.

**QUESTÃO 12**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- II. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido
- III. Pode ser declarada a morte presumida, com decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- IV. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I e IV.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 13**

A respeito das Associações descritas no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- (B) A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- (C) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto
- (D) Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.
- (E) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/3 (um terço) dos associados o direito de promovê-la.

**QUESTÃO 14**

A respeito do domicílio, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- II. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- III. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado somente no último ponto do território brasileiro onde o teve.

IV. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

- (A) Apenas II e III.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 15**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Consideram-se imóveis, para os efeitos legais,

- I. os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- II. o direito à sucessão aberta.
- III. os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- IV. os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas III e IV.  
(D) Apenas II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 16**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. São benfeitorias necessárias as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- II. São benfeitorias voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- III. São benfeitorias úteis as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- IV. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 17**

**Assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (D) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (E) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

**QUESTÃO 18**

**Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. **Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.**
- II. **A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.**
- III. **O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.**
- IV. **Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 19**

**Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. NÃO constituem atos ilícitos**

- I. **os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.**
- II. **aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.**
- III. **o ato praticado pelo titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.**

**IV. a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente, quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 20**

**Assinale a alternativa correta. Prescreve**

- (A) em dois anos, a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- (B) em três anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (C) em quatro anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (D) em um ano, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (E) em cinco anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

**QUESTÃO 21**

**De acordo com o Sistema Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. **A regra geral é a de que a lei ordinária é hábil para a instituição de tributos.**
- II. **Não pode ser considerada como majoração do tributo a simples atualização monetária da sua base de cálculo.**
- III. **Qualquer modificação da base de cálculo que importe em tornar o tributo mais oneroso equivale a majoração e depende, portanto, de lei.**
- IV. **O prazo para o pagamento de tributos não é matéria afeta à reserva legal.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 22**

A respeito das imunidades tributárias, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. As autarquias e fundações públicas terão direito à imunidade mesmo quando explorem atividade econômica ou quando receberem pagamento de preços e tarifas pelos usuários.
- II. A Ordem dos Advogados do Brasil tem natureza jurídica de autarquia federal.
- III. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) faz jus ao privilégio da imunidade recíproca.
- IV. Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas III e IV.  
(C) Apenas I e III.  
(D) Apenas II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 23**

De acordo com o Código Tributário Nacional, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor

- (A) na data da sua publicação.  
(B) 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.  
(C) na data nelas prevista.  
(D) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação.  
(E) 15 (quinze) dias após a data da sua publicação.

**QUESTÃO 24**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre

- I. suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- II. outorga de isenção.
- III. dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- IV. a natureza da penalidade aplicável, ou a sua graduação.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 25**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário

- I. a moratória.
- II. a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- III. a conversão de depósito em renda.
- IV. a decisão judicial passada em julgado.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 26**

De acordo com Código de Processo Civil, o juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a

- (A) pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (B) pagar multa não excedente a cinco por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (C) pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu em quantia não superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (D) pagar multa não excedente a cinco por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu em quantia não superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (E) pagar multa não excedente a vinte por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu em quantia não superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.

**QUESTÃO 27**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- II. O pedido de limitação do litisconsórcio facultativo suspende o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
- III. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- IV. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 28**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código de Processo Civil, o valor da causa constará sempre da petição inicial e será,

- I. na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação.
- II. sendo alternativos os pedidos, o de maior valor.
- III. se houver também pedido subsidiário, o valor do pedido principal e do subsidiário.
- IV. na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, a estimativa do valor de mercado do imóvel.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 29**

A respeito das exceções no Código de Processo Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- II. Cabe à parte oferecer exceção, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- III. Na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- IV. Recebida a exceção, o processo ficará suspenso, até que seja definitivamente julgada.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 30**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código de Processo Civil, são suspeitos de depor como testemunha:

- I. o que, acometido por enfermidade, ou debilidade mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los; ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções.
- II. o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público, ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova, que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito.
- III. o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.
- IV. o que, por seus costumes, não for digno de fé.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.



**QUESTÃO 31**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código de Processo Civil, a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. proferida por juiz suspeito, impedido ou absolutamente incompetente.
- II. ofender a coisa julgada.
- III. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.
- IV. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I e II.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 32**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Federal nº 12.016/2009, NÃO se concederá mandado de segurança quando se tratar

- I. de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- II. de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- III. de decisão judicial transitada em julgado.
- IV. de decisão judicial não transitada em julgado.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 33**

De acordo com a Lei Federal nº 12.016/2009, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado de segurança, cabe apelação.
- (B) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- (C) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida.
- (D) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (E) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

**QUESTÃO 34**

De acordo com a Lei Federal nº 6.830/80 (Execução Fiscal), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- II. A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
- III. O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
- IV. Até a decisão de segunda instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 35**

De acordo com a Lei Federal nº 6.830/80 (Execução Fiscal), a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:

- (A) dinheiro; imóveis; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; navios e aeronaves; veículos.
- (B) dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos.
- (C) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; dinheiro, imóveis; navios e aeronaves; veículos.
- (D) pedras e metais preciosos; dinheiro, imóveis; navios e aeronaves; veículos; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa.
- (E) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; dinheiro, imóveis; veículos; navios e aeronaves.

**QUESTÃO 36**

O princípio que traduz a ideia de que toda a atuação da Administração deve visar ao interesse público e ter como finalidade a satisfação do interesse público é

- (A) legalidade.  
(B) impessoalidade.  
(C) razoabilidade.  
(D) publicidade.  
(E) eficiência.

**QUESTÃO 37**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O abuso do poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas.
- II. O excesso de poder ocorre quando o agente age fora dos limites de sua competência administrativa.
- III. O desvio de poder ocorre quando o administrador pratica o ato buscando alcançar fim diverso daquele que lhe foi determinado pela lei.
- IV. Os poderes são prerrogativas conferidas ao administrador público para a consecução dos fins públicos.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 38**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A partir da Emenda Constitucional 19/98, quais são as hipóteses NÃO voluntárias do rompimento do vínculo funcional do servidor já estável?

- I. Sentença judicial transitada em julgado.
- II. Processo administrativo com ampla defesa.
- III. Insuficiência de desempenho, verificada mediante avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- IV. Excesso de despesa com pessoal, na forma prevista na Constituição Federal.

- (A) Apenas III e IV.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 39**

A possibilidade que tem a Administração de criar obrigações ou impor restrições, unilateralmente aos administrados, traduz o seguinte atributo do ato administrativo:

- (A) presunção de legitimidade.  
(B) imperatividade.  
(C) auto-executoriedade.  
(D) tipicidade.  
(E) razoabilidade.

**QUESTÃO 40**

Assinale a alternativa INCORRETA. É dispensável a licitação

- (A) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.
- (C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

